DEVERES CIVIS MORAIS E ESPIRITUAIS

TEXTO ÁUREO = “Toda alma esteja sujeita às autoridade que não venha de Deus; e as autoridades que há foram ordenadas por Deus.”

VERDADE PRÁTICA = Diante da sociedade, o crente tem deveres civis, morais e espirituais.

LEITURA BÍBLICA = Romanos 13.1-8

INTRODUÇÃO

Exortação de submeter-se à autoridade governamental.

A palavra “amor”, repetidamente utilizada por Paulo no trecho anterior e no subseqüente como termo condutor (12.9,10,17b; 13.8,9,10), está de folga nesses sete versículos sobre a ordem estatal. Assim, fica evidente desde logo: aqui não tem nada a ver com a “pátria amada”, com imperadores, reis e dirigentes “fervorosamente amados”, nem com “demorados aplausos entusiásticos” diante do seu palanque. A mera expressão “*fidelidade* ao estado” é quase forte demais. Em contraposição, uma outra linha estende-se com muita clareza.

Ela começa em Rm 12.2 com a prática do “bem” de acordo com a vontade de Deus, passa por Rm 12.9,17b,21 e assume o papel determinante aqui nos v. 3,4. Amor sempre é prática do bem. Ele “estabelece um firme vínculo com o bem” (Rm 12.9). Mas, de acordo com o respectivo destinatário, ele se modificará. Diante de pessoas ele é humano (Rm 12.10: “cordial”), porém diante de coisas ele age objetivamente, consciente do objeto e a serviço da coisa. Por isso Paulo pensa e fala de modo muito disciplinado quando não transforma órgãos estatais em objetos de um amor pessoal, mas convoca singelamente a um comportamento correto diante deles. Essa capacidade de mutação do amor faz parte de sua credibilidade.

Nosso amor perde o crédito se por um lado o dirigirmos escrupulosamente a pessoas, p. ex., se jamais pudéssemos assaltar e saquear uma senhora idosa, mas se por outro lado enganamos uma autoridade sem a menor preocupação. Ao contrário, perante a autoridade estamos nos igualando ao “padrão deste mundo” (Rm 12.2 [NVI]): tratando-a com indiferença, como faz o mundo em nosso redor. Odiamos e agitamos contra ela, agachamo-nos diante dela, somos impertinentes, resmungamos, exploramo-la e provocamo-la – bem assim como o mundo em volta. Aliás, precisamente uma

comunidade cristã sem influência política e à mercê dos poderosos, que não tem muitas coisas boas a esperar das autoridades, tende a assumir uma atitude negativa diante do estado. Despreocupada, permite que se alastre a conformação com o mundo no sentido de Rm 12.2.

Contudo, a ordem estatal é importante demais para que a ética cristã a deixasse de lado. Com exceção de referências isoladas, em seis passagens o NT reflete o ensinamento da primeira igreja: Mc 10.42-45 (par); Mc 12.13-17 (par); Rm 13.1-7; 1Tm 2.1,2; Tt 3.1 e 1Pe 2.13-17. O fato de que o presente texto excede esses trechos paralelos em extensão e peso, pode ser explicado satisfatoriamente, por um lado, a partir do formato da carta. Paulo trabalhou nela com mais tempo e de acordo com um plano intencional.

Além disso, escreve a leitores que como moradores da capital se defrontavam com um aparelho de poder especialmente rico em tradições e seguro de si, e que também dispunham de experiências marcantes com as medidas desse estado (cfqi, *2a* e *2b*). Por isso, duas hipóteses tornam-se supérfluas. Em primeiro lugar não é imperioso que uma corrente revolucionária que Paulo supostamente tentava abafar tenha existido na igreja de Roma. Em segundo lugar, estão ausentes em Rm vestígios de um desprezo entusiasta de ordens terrena.

Entre os exegetas surge repetidamente a alegação de que Paulo estaria considerando o Estado de forma incompreensivelmente ingênua. Será que ele teria sido capaz de repetir outra vez suas exposições p. ex. depois das experiências dos anos 30 com Hitler na Alemanha? Contudo, independentemente da circunstância de que Paulo teve de beber até o fundo do cálice do terror da violência por parte do Estado, se argumentarmos assim, ainda não estaremos compreendendo a sua verdadeira preocupação.

Cabe considerar também que os cristãos apegaram-se de forma impressionante a Rm 13 após o início das grandes perseguições sistemáticas no século II. Mesmo Ap 13, onde o estado é visualizado como “animal” anti-cristão que abre sua grande boca blasfema e exige adoração de todos, por ser capaz de todas as coisas, não defende um lema diferente. A exclamação aos leitores, em Ap 13.10, transmite o mesmo espírito de Paulo: “Aqui está a perseverança e a fidelidade dos santos”.

Contudo, também se subestima Rm 13 quando há exegetas que cedem à tendência de julgar a democracia dos tempos atuais de forma pouco crítica. Sem dúvida ela se diferencia de regimes totalitários antigos e modernos como o dia da noite. Apesar disso, não foi à toa que Jesus advertiu para que não nos enganássemos com construções humanas de poder como tal, quando falou aos discípulos: “Sabeis que os que são considerados governadores dos povos têm-nos sob seu domínio, e sobre eles os seus maiorais exercem autoridade” (Mc 10.42,43). Ele não espera que aceitemos os discursos dominicais dos governantes como verdade pura e certa, mas que examinemos e desmascaremos as formas e técnicas de concretização do uso do poder.

Será realmente que podemos afirmar que “no moderno estado democrático a contraposição, pressuposta em Rm 13, entre governantes e súditos, foi abolida por princípio”, que as funções dos que dominam agora estariam “distribuídas”, que todo emprego de autoridade é “responsável perante o povo”, ou seja, que ele acontece “em nome do povo”?

Quanto às ordens sociais antiga e moderna

Em todos os séculos leitores da Bíblia se depararam com o abismo entre o tempo bíblico e o tempo deles. Nosso trecho sobre o relacionamento com as autoridades torna esse abismo singularmente flagrante para o nosso tempo. Dificilmente um leitor não ficaria intrigado. Porém, para que não deixe abruptamente de lado essa passagem importante, o presente excurso visa auxiliar justamente na compreensão da situação de então e de hoje.

***a*.Tão logo estivesse em questão a vida cristã prática, sobretudo nas perguntas éticas, a corrente do estoicismo tinha de tornar-se interessante para as primeiras comunidades**. Ela se fortaleceu de modo crescente nos primeiros séculos, oferecendo auxílio para a vida e orientação ética para incontáveis pessoas, até mesmo nos dias de hoje. Ela cunhou em boa extensão a concepção ideal de uma vida como cidadão honrado. Quanto à cosmovisão que está ao fundo: o estóico admira uma lei cósmica impessoal da razão em tudo que existe, do maior ao menor.

Ele também cita Deus, divindade e providência. Por isso não existe arbitrariedade e acaso, é como se uma máquina mundial estivesse

em funcionamento com enorme exatidão. O que acontece precisa acontecer, e é bom e sensato da maneira como acontece. Sob essa premissa, a vida humana pode ser feliz somente como vida humana obediente. Ela está empenhada em permanecer em consonância com esse múltiplo conjunto ordenado. “Se resistir, atuarei mal – e terei de obedecer de qualquer maneira”. Renuncia-se às pulsões, aos desejos, ao agir pelas emoções. Não se admite entusiasmos arrebatadores, mas em tudo adere-se à boa proporção. Faz-se o que é ordenado. O dever tem validade máxima em todas as esferas.

***b*.O leitor da Bíblia percebe numerosos pontos de tangência formais com instruções do NT.** A exortação para cumprir incondicionalmente os mandamentos, para ser sóbrio, para refletir de forma madura, para examinar, para falar de maneira pensada, para agir de modo decente, encontrou campo aberto entre gentios com orientação séria daquele tempo. Faz parte dessa linha de pensamento o predomínio do conceito de ordem no presente trecho.

Somente nos primeiros dois versículos, Paulo utiliza a raiz semântica “ordenar” nada menos de quatro vezes: *hypotássesto, tetagménai, antitassómenos, diatagé*(a tradução abaixo imita os vocábulos). “Ordem” desempenha um papel notável em Paulo, conforme se verifica em outras derivações: *táxis* (1Co 14.40), *átaktos, atakteo*: “viver desordenadamente”, sem senso de responsabilidade (1Ts 5.14; 2Ts 3.6,7,11), *hypotagé*: “subordinação à autoridade” (Gl 2.5; 2Co 9.13).

A exortação à subordinação constitui no NT a palavra básica franca do agir cristão: os cidadãos devem praticá-la perante a autoridade governamental (Rm 13.1,5; Tt 3.1; 1Pe 2.13), os escravos perante o proprietário de escravos (Tt 2.9; 1Pe 2.18), as mulheres perante os maridos (Ef 5.22,24; Cl 3.18; 1Tm 2.11; Tt 2.5; 1Pe 3.1,5), os filhos perante os pais (1Tm 3.4), os membros perante a direção da igreja (1Pe 5.5; 1Co 16.16) e um membro perante o outro (Ef 5.21).

***c*.A igreja de Cristo sabe que, apesar desses paralelos lingüísticos, há mundos separando o cristianismo do estoicismo.** A razão disso já reside no testemunho de Deus no AT e, acima de tudo, na revelação de Jesus Cristo. Porém os primeiros cristãos estavam inseridos no contexto de vida daquele tempo, não para simplesmente modificá-lo (p. ex., a legislação do escravismo), mas para nele comprovarem a sua fé. É tarefa da exegese mostrar

que no NT cada uma das expressões estóicas foi reenvasada, como por diálise, com conteúdo cristão, passando a ter vida própria. Por isso seu uso equivocado seria imperdoável.

***d*.Primeiramente, porém, cabe sentir o choque que o ouvinte de hoje experimenta,** por crescer numa ordem social totalmente transformada e que também não poder simplesmente saltar para fora dela. A palavra que cativa hoje não é mais "subordinação" e sim "liberdade". Tudo deve ser livre: o pensamento, a pesquisa, a consciência, a fé, a igreja, a imprensa, o povo, o cidadão, o trabalhador, a mulher, a juventude, o amor, a criança, o aborto e muitas outras coisas mais.

***e*. Não queremos retornar à Idade Média**. Após um simples teste de catorze dias iríamos querer voltar. A ordem social libertária de fato nos seduz com uma ponta da verdade. Na verdade ela tem duas faces. Os libertados também são novamente capturados. Constituíram-se centros de poder intelectual, determinando e configurando a sociedade de modo assustador. E os libertados mostram-se selvagens, maus e ingratos. Aciona-se o freio de emergência: penas são intensificadas, a polícia recebe reforços, aperfeiçoam-se instrumentos de combate ao crime, cada vez mais dados pessoais do cidadão são colhidos. Não poderia estar ocorrendo um erro fundamental na visão que se tem do ser humano e de Deus? Há movimentos contrários. Contudo, a opinião pública continua não tendo outra idéia para reforçar senão esta: a "liberdade" tem de ser levada mais avante, para que o bem no ser humano finalmente possa se desenvolver. – A interpretação atual confronta-se com toda essa mescla.

Paulo começa com uma exortação consternadoramente simples e irrevogável: **Todo homem** (quer judeu, gentio ou cristão) **esteja sujeito às autoridades superiores** instituídas. Está pressuposta a noção de uma ordem abrangente da sociedade. Cada pessoa tem uma relação peculiar com as demais e quer ocupar seu lugar. Desta forma, em cada situação surge também um "acima" e um "abaixo", uma consciência que o "instituído" (possuidor de poder superior) desperta em nós.

Certamente sempre será difícil tornar essa subordinação compreensível a uma pessoa que vive de coração ardente de acordo com o lema: "Para mim, nada é mais importante que eu próprio!" Mas também o ouvinte de hoje conhece o anseio por pais, por um

mestre ou amigo que estejam “em ordem”. Sem que se chame à ordem, sem que se faça ordem e que se mantenha ordem as pessoas não conseguem conviver.

Depois que Paulo revigorou a noção da ordem, que abrange a população e o governo, ele cita Deus como criador dessa constelação. **Porque não há autoridade** (“poder estatal”) **que não proceda de Deus.** Obviamente Paulo conhecia as circunstâncias terrenas e humanas pelas quais governantes assumem o poder. Durante sua vida Roma viu quatro imperadores sendo coroados, três dos quais após assassinato e morte. Também a Bíblia narra tais eventos sem enfeitá-los. Porém Paulo fixa-se integralmente na perspectiva teológica. **As autoridades que existem foram por ele instituídas.** Tão logo apareça o termo “Deus”, trata-se do Deus da vida e da paz, em oposição a tudo que é caótico e destrói a vida.

No fundo, qualquer pessoa sabe que para o convívio e a sobrevivência das pessoas nas pequenas e grandes questões não há viabilidade sem uma ordem de paz. Também a comunidade cristã sente-se comprometida com ela. Não obstante, Rm 12.18 já deixou transparecer que há limitações para o esforço por paz e equilíbrio por causa da falta de boa vontade de alguns. Nesse contexto fala-se, agora, da instituição de um poder estatal de ordenamento (pormenores sobre isso no v. 4). Não se trata de uma ordem de salvação, mas ela faz parte de uma existência suportável.

Paulo não a depreende da natureza, como faziam os filósofos gregos, mas tampouco a remete à Criação. Isso significa: essa ordem não existe como configuração ideal preestabelecida, que tivesse sido imposta como uma obrigação aos estados de todas as eras e de todos os continentes. Pelo contrário, a expressão “por ele (Deus) instituídas” cria a impressão de uma série de ordenanças (cf logo abaixo, sobre o v. 2), que Deus insere de caso para caso no decurso dos acontecimentos, seja com ira, seja com paciência e graça.

Em todas as fases Deus é Senhor sobre a história humana. Sem podermos evidenciar suas providências em todos os detalhes, estamos diante de um bem comum da fé bíblica, formulado de forma clássica no livro de Daniel: “(Deus) remove reis e estabelece reis”. Na verdade, Ap 13 diz o seguinte sobre o poder político desnaturado: “O dragão deu à besta o seu poder, o seu trono e grande autoridade”

(v. 2b [NVI]), mas poucos versículos adiante a afirmação é superada: “Foi-lhe dado poder (por Deus!)…” (v. 7 [NVI]).

De fato, uma imbricação, para nós imperscrutável, de duas iniciativas de direções totalmente opostas! Am 3.6 atesta essa atuação universal (não atuação única!) de Deus com a frase: “Se acontece uma desgraça na cidade, não foi Iahweh quem agiu?” (BJ). Deus está agindo ininterruptamente em cada recanto da terra também nesse mundo caído (Jo 5.17). Ele não fica apenas contemplando tudo, como a lua silente. Ele não se deixa aprisionar no além, ele não é somente Deus no céu, mas também na terra (Dt 4.39; Js 2.11; Ec 5.2).

Não há nenhum distrito (e também nenhuma prefeitura) que estivesse excluído de sua atuação. Se conforme Mt 10.29 Deus até age no vôo de um pássaro e na formação de uma careca, quanto mais não atuará no surgimento e na preservação de cada governo de fato existente. “Sim, com certeza Deus é o Deus das nações!” (Rm 3.29). Não existe história mundial que transcorresse por si própria.

Sob essas circunstâncias elimina-se a atitude de oposição aberta ou velada frente ao estado como possibilidade cristã. **De modo que aquele que se opõe** (contrariamente) **à autoridade** (“poder estatal”) **resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos** no juízo final a **condenação** de Deus. Em decorrência, a anarquia, ou seja, oposição por princípio contra o poder governamental, não representa uma saída cristã. Negar-se a obedecer determinadas ordens da autoridade estatal é algo diferente (sobre isso, cf nota 43, sobre o v. 3b).

Isso posto, Paulo muda o curso do fundamental para o prático, ao *agir* da autoridade governamental e ao *fazer* dos cristãos. Nisso Paulo trabalha com a premissa de que ambos os lados estão harmonizados num ponto essencial: visam o bem e combatem o mal.

Melhor: da parte do estado isso já acontece assim, os cristãos são exortados a agirem dessa maneira. Quanto aos últimos, a tríplice contraposição de bem e mal mostra que mais uma vez eles são incorporados ao fluxo de idéias do capítulo anterior. Por meio de uma insistente interpelação pessoal eles são conjurados, como já em Rm 12.2, a cumprir a vontade de Deus (v. 3b): **Faz o bem**, incondicionalmente!

Cumpre notar que não está sendo dito: cumpre incondicionalmente o que foi ordenado! Quando os cristãos praticam o bem, a estrutura do Estado vem ao seu encontro com algo que eles, enquanto comunidade cristã, não podem deixar de aprovar – uma afirmação muito surpreendente de início. A autoridade estatal **louva** ("enaltece" [NVI]) o praticante do bem e **castiga** ("pune" [NVI]) **o que pratica o mal.**

Paulo está destacando no poder do estado única e exclusivamente sua função ética. Ao perseguir os criminosos ele garante a ordem jurídica. Enquanto servo de Deus, é vingador para a ira sobre os que praticam o mal (v. 4b). De acordo com Rm 12.19, os cristãos não se devem arrogar o cargo da vingança, mas dar espaço ao furor vindouro de Deus.
Aqui, porém, Paulo complementa e ensina que já no presente Deus não deixa essa função totalmente inativa, permitindo que o poder estatal sirva provisoriamente como seu instrumento. A perseguição criminal nos tribunais, por mais fragmentária que possa ocorrer, deixa transparecer a ira vindoura de Deus.

Essa "pequena ira" aponta para aquela "grande ira". Deus não quer deixar a humanidade correr para dentro do grande furor sem que antes possa encontrar a salvação. Porém, para que ela própria não se extinga antes pela luta de todos contra todos, pela lei da selva, pela justiça de linchamentos e por assassinatos de vendeta, Deus contrapõe a autoridade judicial pelo menos aos excessos mais graves do maligno.

Diante dessa ênfase justamente no elemento judicial do sistema estatal, e pensando nos tribunais existentes de fato, surpreendemo-nos com essas afirmações: **Faze o bem e terás louvor** dele (v. 3b), **entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada** (v. 4b). Seria tudo isso tão simples? De acordo com o contexto deve-se entender o elogio das boas ações como louvor por parte do juiz: nos termos do processo ele constata o bem e o mal e distribui o respectivo louvor e a reprovação.

No entanto, acaso o próprio Paulo não havia colhido más experiências com a brutalidade, a corrupção e a hipocrisia jurídica e estatal de seus juízes? Em Rm 8.36 ele sintetiza: "Somos entregues à morte o dia todo, fomos considerados como ovelhas para o matadouro". Não obstante, o leitor atento de Rm não deveria estar

surpreso demais nesse ponto: conforme Rm 1.32, os próprios gentios, ao praticarem o mal, ainda “sabem que… aqueles que fazem essas coisas merecem a morte” (BLH).

O saber acerca do bem e do mal tem de ser pressuposto sem exceção entre todos os povos (Rm 2.15). Em segundo lugar: conforme Rm 7.16,22, a pessoa não redimida dispõe não apenas desse saber mas até do reconhecimento, sim, da satisfação com a boa vontade de Deus. Mais ainda: de acordo com Rm 2.14, Paulo considera possível que: “*Procedem*, por natureza, de *conformidade* com a lei”.

Apesar de que, vistos como um todo, os povos estão indesculpáveis diante da acusação, pois entre eles acontecem boas ações, pelo menos de maneira fragmentária. Portanto: saber acerca do bem, aprovar o bem e praticá-lo! Cristãos deveriam preservar a sensibilidade para tais sinais mesmo no estado gentílico. Constitui um exemplo a forma dos relatos sobre processos no NT. Paulo alcançou esse “louvor” do estado quando o comandante Lísias, os governadores Félix e Festo e o rei Agripa atestaram repetidamente a sua inocência, o que obviamente não os impediu de, paralelamente, prolongarem sua detenção.

Pilatos teve de constatar publicamente três vezes: “Não encontro nenhum motivo para condenar este homem” (BLH), embora apesar disso submetesse o inocente à terrível tortura romana. Herodes teve de concordar com o seu veredicto (Lc23.4,14,15,22). Eram espantosas as circunstâncias que o Supremo Conselho criava em defesa do direito e da lei, ainda que, ao arrepio da lei, a pena de morte para Jesus já estivesse decidida antes do processo. O regime mais miserável simplesmente não consegue subsistir sem encostar-se no elevado conceito do bem e do mal. Dessa maneira ele se curva diante dos pés de Deus, assim como os soldados romanos reverenciaram a Jesus, coroado de espinhos e vestido de púrpura. Soterrada por injustiça e escárnio, triunfou a justiça!

Retornamos à exortação ao cristão: pratica o bem! Paulo não só o incute por causa da expectativa pelo elogio que se pode esperar, mas mais intensamente pela recordação do castigo iminente em caso de um ato mau (três vezes nesses dois versículos o tema do temor!): **Queres tu não temer a autoridade** (“o poder estatal”)**? Faze o bem**! Um cristão não deve pensar de forma leviana em se colocar acima das normas do bem e do mal “só” porque tem de lidar com

uma autoridade terrena. Dessa forma também perante Deus ele estaria fora de uma esfera do direito. O direito, projetado a rigor **para teu bem**, volta-se contra ele, sanções começam a atuar. Ele perde sobretudo, nesse caso, diante das portas do tribunal, a verdadeira coragem espiritual, que é dada unicamente ao que teme a Deus.

Agora Paulo está em condições de reforçar e aprofundar sua tese do v. 1. **É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência.** De modo algum Paulo está recomendando apenas uma sujeição exterior, nem subserviência precipitada como única possibilidade para sobreviver, muito menos adaptação maleável para proveito próprio. Para Paulo, trata-se de uma questão do mais íntimo compromisso.

Ele considera como aprovação o fato de que, pelo que se evidencia, os leitores romanos pagam seus impostos normalmente. **Por esse motivo, também pagais tributos.** Já no berço do cristianismo o tema impostos trouxe complicações (Lc 2.1).
Em Roma se sofria, na época da redação dessa carta, de modo muito singular sob os altos tributos e sob os métodos violentos dos exatores. Sempre havia o perigo de que o ânimo revertesse para exasperação. É por isso que Paulo aplica sua visão do v. 4justamente a esses órgãos estatais: **porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço.**

Sem qualquer palavra de conexão começa a nova frase, martelando mais uma vez a exigência cristã nessas questões de ética frente ao estado. Por sua brevidade e forte generalização resulta claramente como tese: **Pagai a todos o que lhes é devido** (as obrigações).

O plural “obrigações” não se refere a uma grande soma de dívidas monetárias, mas abrange tudo com o que cristãos estão em débito para com a sociedade. Do berço ao caixão eles recebem prestações de serviço nos parâmetros da ordem pública. Depois de terem acordado para Deus, também estão despertos para o agir de Deus na realidade deste mundo, prestando-lhe também nessa esfera seu “culto racional” (Rm 12.1).

Fazem-no, cumprindo de modo justo e leal seu dever perante todas as pessoas e instituições. Segue-se um rol de exemplos: **Pagai a**

todos o que lhes é devido: a quem (deveis) **tributo,** (entregai) **tributo; a quem** (deveis) **imposto, imposto; a quem** (deveis) **respeito, respeito; a quem** (deveis) **honra, honra**. Porventura "respeito" e "honra" se referem a Deus? A comparação com Mc 12.17 e 1Pe 2.17 poderia sugerir essa idéia. Porém ela não combina bem com a tese precedente e também não cabe nessa série homogênea de exemplos. Paulo realmente traça a linha até o fim: levem o poder da autoridade governamental existente mais a sério que talvez ela própria esteja fazendo!

Amor ao próximo como cumprimento da lei.

Depois de Rm 10.4,5 o tópico "lei" parecia ter desaparecido de Rm, e com certeza o leitor também não sentiu falta dele. Nos dois capítulos éticos, Rm 12,13, a lei aparentemente não tinha mais nada a dizer, tendo sido vitoriosamente expulsa do campo em nome do amor. Contudo, desse modo Paulo é muitíssimo subestimado. Ele está enraizado no AT, pensa nas dimensões da história da salvação e também vê implacavelmente o perigo de uma anomia "cristã". É, pois, logo numa dupla declaração que ele volta a introduzir a questão da lei.

Paulo faz conexão com a exortação de, no contexto da vida civil, pagar a cada um os débitos que houver: **A ninguém fiqueis devendo coisa alguma**. Há, porém, outro compromisso que continua existindo, que é incomparável, e que já foi abordado em Rm 12.9-21: **exceto o amor com que vos ameis uns aos outros.**

O amor se diferencia decisivamente de uma cidadania auto-suficiente. Viver como cristão não significa apenas prontamente quitar compromissos financeiros, legais e morais, para depois reclinar-se, desligando-se do gigantesco volume restante de tarefas ao redor. Um cristão permanece no serviço. Jamais dirá ao próximo: cumpri minha obrigação, nós estamos quites! Jamais tentará evadir-se com ajudas que já prestou: desse e daquele me livrei!,pois com essa atitude já estaria fora do amor.

O NT não demanda o amor "numa alegre falta de motivos" (Karl Barth), mas com ampla fundamentação. É nossa "dívida" amar (1Jo 4.11), porque recebemos amor por meio de Deus, o Pai (Mt 5.44,45), o Filho (1Jo 4.1) e o Espírito Santo (Gl 5.22). Mas amor também é simplesmente obediência.

Especialmente em situações impossíveis de compreender – que são os casos mais freqüentes – ou em que a psique (ainda) não está disposta, o amor cumpre o que foi mandado. É nessa direção que aponta o presente versículo. **Pois quem ama o próximo, cumpriu a lei.**

Por meio dessas palavras Paulo leva de volta ao ponto de partida de toda a *paráclese*de Rm 12,13, formulado em Rm 12.2b: pratica incondicionalmente a vontade de Deus! Quem cumpre a vontade de Deus, durará perpetuamente. Se quiseres entrar na vida, cumpre os mandamentos, precisamente os mandamentos da lei! Em Paulo, assim como em Jesus, não há nenhuma passagem que abra uma brecha para que se imagine que a vontade de Deus teria de ser achada em outro lugar que não a lei e os profetas do AT. O "novo mandamento" do amor não torna supérfluo o "antigo mandamento". Amor não é o fim da lei, e sim seu cumprimento.

Paulo esclarece a estreita ligação entre o amor e a lei. **Pois isto** (determinado em Dt 5.17-21)**: Não adulterarás, não matarás, não furtarás, não cobiçarás, e, se há qualquer outro mandamento, tudo nesta palavra se resume** (Lv 19.18)**: Amarás o teu próximo como a ti mesmo.** Começamos pela primeira frase do v.

O amor não pratica o mal contra o próximo. A seleção dos Dez Mandamentos, que Paulo enumera a partir do v. 9, combina com esta frase. Um mal seria, p. ex., violar o matrimônio do próximo, sua integridade física e sua propriedade. Seria maldoso, fazê-lo entrar continuamente em choque com a nossa inveja, em vez de ser uma bênção para ele. A lei toda pode ser comparada a uma cuidadosa sinalização da existência humana, com placas que apontam sempre na mesma direção e para o mesmo alvo: por teu intermédio nada de mau deve acontecer ao teu semelhante, porém somente o bem. Justamente quando ele se envolve na injustiça cabe a ti ser benigno com ele até no fundo do coração, dando-lhe provas desse amor.

Esse já foi o sentido, no seu contexto, da passagem aqui citada, de Lv 19.18. Desse modo, a lei é sintetizada pelo mandamento do amor ao próximo, i. é, ela é dirigida para o seu ponto principal. Jesus, como intérprete e até mesmo corporificação do AT, providenciou, viveu e sofreu para que esse ponto principal não desaparecesse nem se

perdesse numa massa confusa de explicações, mas que fosse realmente cumprido (Jo 4.34). Nisso foi seguido pelos apóstolos. **O cumprimento da lei** e, conseqüentemente, fim de sua função torturadora de Rm 7.14-25, **é**, portanto, **o amor**.

Epílogo: Organização da vida orientada para o futuro, à luz do dia vindouro.

Um epílogo fundamenta retrospectivamente a parênese de Rm 12,13, contudo de uma maneira diferente que no prefácio de Rm 12.1,2. Ali Paulo se reportou ao poder impulsionador da experiência da misericórdia de Deus. Agora ele traz a campo a força de tração que se origina da esperança pela volta pública de Cristo. Ou, para ilustrar de forma diferente: origem e futuro da igreja podem ser comparados com dois pilares de ponte, entre os quais estende-se o seu presente. Sem esses dois pilares ou mesmo um dos dois a igreja desabaria, a vida cristã irremediavelmente se dissolveria na torrente do corriqueiro.

Quanto à expectativa da vinda imediata. De acordo com a filosofia grega, que até hoje continua influenciando a base intelectual do Ocidente, Deus é bom, verdadeiro e belo, mas absolutamente imóvel. Em contraposição, a Bíblia dá o alarme: “Eu sou – o que há de vir!”(NVI). Deus está num movimento de aproximação e penetração em nosso mundo.

Por isso, a proclamação bíblica de Deus também é sempre anúncio, despertando para a expectativa daquele que se aproxima. Já no século VIII a.C. Isaías bradava: “Está perto o Dia do Senhor!” (Is 13.6), e todos os profetas subseqüentes renovaram essa expectativa imediata na sua geração com expressões semelhantes. Há séculos Israel era um povo cheio de expectativa imediata. João Batista aderiu a esse pensamento: “O Reino dos céus está próximo” (Mt 3.2 [NVI]).

Todos os quatro evangelhos são unânimes ao desenvolver o cumprimento centralizado deste anúncio na história da Paixão. Foi ali que de modo decisivo chegou o reino de Deus, aconteceu a sua vontade e seu nome foi santificado na terra. Na cruz Jesus tornou-se Senhor sobre o pecado, a morte e o diabo – confirmado na Páscoa. Sua igreja, enquanto corporação do Espírito Santo, experimentou

esse senhorio de Jesus em seu meio. Tanto mais, porém, ela sofreu também a estridente dissonância entre cumprimento messiânico e contínuas condições não messiânicas.

Surgiu uma nova expectativa, até mesmo uma fome pela glorificação pública irrestrita desse Senhor em toda a criação. Pelo fato de esperar por aquele que já tinha vindo e que estava diariamente próximo, a expectativa imediata do NT supera a do AT em urgência e expressividade. Isso, por sua vez, intensificou o teste de paciência. É por isso que numerosas passagens no NT trabalham o tema do "Senhor que tarda", que não confirma expectativas humanas. Além do problema da impaciência surgiram também concepções cronológicas *não deliberadas* sobre a chegada do Senhor.

Os seres humanos não têm outra forma de expressão do que inserir tudo o que os impulsiona de modo significativo em seu próprio horizonte de vida. P. ex., não seríamos capazes de imaginar uma volta de Cristo daqui a dois milênios e, apesar disso, esperá-la ardentemente. Assim, parece que também para Paulo a idéia de experimentar pessoalmente a volta de Jesus ainda na sua vida não era uma idéia distante.

Contudo, essa forma de falar apenas lhe ocorria involuntariamente. Jamais sua argumentação pretendeu apontar um prazo determinado. Ela em momento algum tornou-se uma afirmação doutrinária. Pelo contrário, ele e os que estão sendo instruídos por ele "sabem muito bem" (VFL) que não sabem nada de exato sobre o tempo certo (1Ts 5.1,2). Essa data é, por princípio, impossível de projetar. "Só o Deus Eterno sabe quando é que aquele dia vai chegar" (Zc 14.7 [BLH]). Paulo tributava respeito às decisões soberanas de Deus quanto ao tempo e à hora (Rm 11.33-35).

Todas as igrejas cristãs adotaram a volta de Cristo em seu sistema doutrinário. Entretanto, essa expectativa pode perder o significado prático para nós, tornando-se uma expectativa distante que não nos compromete, que não determina nosso presente: "Ainda vai demorar muito até que meu Senhor chegue!" Opostamente a isto aparece a expectativa imediata: "Nesse dia e nessa hora ele tem de chegar e chegará!" Nesse caso abusa-se de passagens bíblicas fora do contexto para fazer predições sensacionais, que porém levam

somente até a próxima vergonhosa decepção. Além disso, essas predições desacreditam a honesta expectativa imediata da Bíblia.

Embora a igreja de Roma não tivesse sido fundada por Paulo, ele pode pressupor um certo conhecimento entre os leitores de lá. Cada comunidade cristã situava-se, naquele tempo, no contexto de um reconhecimento histórico-salvífico, de modo que a afirmação seguinte não constituía novidade para nenhuma comunidade. Porém, como em Rm 6.3, esse conhecimento poderia ter sido deixado de lado. Ele precisa ser reavivado, para que as exortações apostólicas não caiam no vazio. **E digo isto a vós outros que conheceis o tempo.** Sucintamente Paulo delineia a compreensão cristã dos primórdios sobre a situação entre a primeira e segunda vinda do Senhor, o "dia do Senhor".

Esse dia ainda não chegou (2Ts 2.2), contudo vem chegando (Rm 13.12). Esse "vem chegando" não significa: ele chega amanhã ou depois de amanhã! Ao contrário, Paulo está tendo a visão do romper do dia que já começou. **Já é hora de vos despertardes do sono.** Involuntariamente, a formulação chama o Getsêmani à nossa memória. Também lá a exortação de não dormir mais se refere a um dado cronológico marcante. É a hora mundial, hora do perigo mundial, mas também da chance universal.

Por isso ela é por um lado denominada de "hora do poder das trevas", por outro lado de "hora do Filho do Homem", "a sua hora". Seu conteúdo é a ação redentora de Deus no sofrimento de Jesus. Ela desembocou na exclamação de triunfo: "Está consumado!" É nesse fato que está enraizada a percepção de tempo da igreja cristã.

No ponto baixo da Sexta-Feira da Paixão ela visualiza o ponto alto da gloriosa revelação de Deus, de maneira que agora tudo se transforma. Aconteceu a virada dos tempos, ainda que o mundo continue girando como se nada tivesse acontecido. Como ilustração serve o lusco-fusco da primeira hora, quando o novo dia se anuncia. A partir de agora luz e trevas lutam entre si. Porém isso não acontece como uma tragédia eterna, conforme ensinam algumas religiões, mas a noite já foi derrotada e está em retirada. É por isso que as sombras que ainda pesam sobre a existência não conseguem mais impressionar os que crêem, não podem levá-los a dormir "como os demais" (1Ts 5.6).

Para eles dissipou-se o entorpecimento do sono, citado em Rm 11.8. Nada mais ao redor encontra-se em estado plúmbeo, mas agora tudo está num movimento de pressão irresistível para frente. **Porque a nossa salvação está, agora, mais perto do que quando no princípio cremos.** O "perto" tornou-se "mais perto" e "cada vez mais perto". Nenhum instante permanece parado no tempo. O cristão não se vê parado num pátio de estacionamento, mas experimenta um avanço de fé em fé, de graça em graça, e de glória em glória.

Nos v. 12-14 são acrescentadas instruções para um agir orientado para o futuro. **Vai alta a noite, e vem chegando o dia.** Se essa verdade for entendida, é preciso encarar a situação e agir de acordo e com total lucidez: **pois!** Paulo continua na ilustração: após levantar (v. 11) está na hora de vestir-se. Uma possibilidade negativa se opõe à positiva, no primeiro caso como variedade de "peças de roupa". Seguiremos agora a ordem temática do texto.

Primeiramente a atitude de vida voltada para trás: **Deixemos, pois, as obras das trevas.** De modo algum os cristãos devem tirar novamente do baú as velhas peças manchadas, que foram despidas na hora do arrependimento e da conversão. O v. 13 apresenta exemplos chocantes da vida noturna dos gentios. **Orgias**: são promovidas com luxo pecaminoso, um vexame diante dos famintos do mundo (Lc 16.20,21) e uma mina de ouro para os médicos, que precisam curar novamente as vísceras. **Bebedices**: um copo pede pelo seguinte, até que a sociedade toda esteja alcoolizada e os controles normais estejam desligados. **Impudicícias** ("imoralidade sexual" [NVI]; "pecado sexual" [VFL]): referência à sexualidade sem qualquer dignidade humana, buscada muitas vezes em festinhas, favorecida pelo efeito entorpecente do álcool e excitado por comidas fortes. **Dissoluções**("depravação" [NVI]; "vícios perversos" [tradução do autor]): sobre isso, cfRm 1.26,27. **Não em contendas e ciúmes**: bastam coisas insignificantes para conjurar morte e assassinato.

Nesse ponto também se pode acrescentar a exortação sintetizadora do v. 14b: **nada disponhais para a carne no tocante às suas concupiscências** ("não fiquem premeditando como satisfazer os desejos da carne" [ou: "da natureza pecaminosa"] [NVI]). Muitas vezes o termo "carne" é entendido nesse texto como "corpo, físico", motivo pelo qual também é traduzido dessa forma, p. ex., na versão da Tradução Ecumênica [em alemão]:

“Não cuideis de tal modo do vosso corpo que as concupiscências despertem”. Contudo, essa compreensão dificilmente é convincente na seqüência do pensamento, uma vez que “carne” aparece como força contrária ao senhorio de Jesus Cristo.

Seu ponto de partida são as pulsões e aspirações de uma pessoa. Com certeza fazem parte do equipamento que ela recebeu por ocasião da criação, com as quais ela deve glorificar a Deus. Contudo, quando caem sob o poder da carne e são cultivadas e desenvolvidas de forma a satisfazerem a avidez humana, elas se desviam do papel de serviço. Deterioram-se e comportam-se senhorialmente. Desejo torna-se avidez, e prazer, lascívia.

Depois disso, passemos à forma de vida alternativa. Paulo não contrapõe simplesmente as “obras da luz” às “**obras das trevas**”, mas fala de “**armas** da luz”. Chama a atenção o elemento da luta: Não apenas praticar o bem, mas também levá-lo avante, vencendo o mal pelo bem (Rm 12.21). Com sua missão os cristãos põem mãos à obra de forma combativa. Para tanto, revestem-se de armamento, mais precisamente de “armas **da luz**”. Desprezam os meios do adversário, não se tornam sarcásticos, nem impacientes, nem vaidosos, nem pressionam. Vestem a roupa da luz de Deus (1Jo 1.6).

No v. 14 Paulo também mantém a figura do vestir-se. Ao mesmo tempo ele a usa para embalar toda a parênese dos dois capítulos: **revesti-vos do Senhor Jesus Cristo**. Colocar a veste de Cristo é uma ilustração que tem lugar fixo no acervo de imagens do apóstolo, com um significado inequívoco:

• Em nenhuma dessas passagens se alude a um ser passivamente revestido e transformado. Sempre aparece a forma ativa: “Vistam-se!” O que se espera é que peça por peça daquilo que Deus coloca à disposição seja “tomada”, aceita e vestida (Ef 6.13,16).

• A figura refere-se sistematicamente à conformação ética do cotidiano segundo o modelo de Cristo. Quem se reveste de Cristo é enviado por ele, de maneira que a partir de agora o senhorio de Jesus o envolve e determina de forma bem prática. Conforme Gl 3.27, essa entrada para o serviço aconteceu de maneira fundamental no batismo, mas deve ser confirmada todas as manhãs com nova disposição.

Em relação ao futuro (13: 8-14)

13: 8 Basicamente, a primeira parte deste versículo significa: "Pague suas contas em dia." Não é uma proibição contra todas as formas de dívida. São inevitáveis na nossa sociedade alguns tipos de dívida, a maioria de nós tem contas telefônicas mensais, gás, electricidade, água, etc E é impossível de gerir uma empresa sem incorrer em qualquer dívida. A advertência aqui é para não atrasar no pagamento (Padrão).

Mas, além disso, existem certos princípios que devem guiar-nos nesta área. Não devemos entrar em dívida para não-essenciais. Não devemos entrar em dívida quando não temos nenhuma esperança de reembolso. Devemos evitar a compra a crédito, caindo sob taxas de juros exorbitantes. Devemos evitar empréstimos para comprar um baixo valor do produto. No geral, exercer a responsabilidade financeira deve viver modestamente e dentro de nossas possibilidades, lembrando a todo o momento que o mutuário é servo do que empresta (veja Pr 22 7).

A dívida que temos está sempre à procura de ***amor*** . A palavra usada para *o amor* em Romanos, com uma única exceção (12:10), é *agape*, o que significa uma afeição profunda, altruísta e sobre-humana, uma pessoa sente por outra. Este **amor** não é motivado por alguma virtude sobrenatural no Amado; pelo contrário, é totalmente imerecida. É diferente de todos os outros o amor que se projeta não só digno de amor, mas também os inimigos.

Esse amor se manifesta dando, e geralmente dar desinteressadamente. Então, Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito. Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela.

É principalmente uma questão de *vontade* , não as emoções. O fato de que nós *enviar* **amor** indica que é algo que podemos decidir tomar. Se fosse uma emoção incontrolável que caiu sobre nós em momentos inesperados, que dificilmente poderia ser responsabilizado. Mas isso, é claro, não nega que pode haver emoções envolvidas.

É impossível para uma pessoa não salva manifestar esse amor divino. Na verdade, é impossível mesmo para um crente para expor em sua própria força. Você pode exibir somente o poder do Espírito Santo dentro do crente.

O amor encontrou a sua expressão perfeita na terra, na Pessoa de Cristo. Nosso amor de Deus se manifesta na obediência aos Seus mandamentos.

Aquele que ama seu próximo tem cumprido a lei , ou pelo menos a parte da lei que ensina o amor ao próximo.

Os pontos apóstolo fora aqueles **mandamentos** que proíbem atos de desamor contra o nosso próximo. Estes são **os mandamentos** contra **o adultério** ,*assassinato* , roubo, perjúrio e ganância. O amor não explorar o corpo de outra pessoa; faz imoralidade. O amor não tirar a vida de outra pessoa; faz o *assassinato* . O amornão *roubar* a propriedade de outra pessoa. O que torna o roubo. O amor não nega a justiça para os outros; faz o **falso testemunho** . O amor nem sequer portos tortos desejos para bens de outrem. Ele faz a ganância.

E qualquer outro mandamento .Paulo poderia ter mencionado o outro: ". Honra teu pai e tua mãe" Eles são reduzidos para o mesmo comando: **Amarás o teu próximo como a ti mesmo** . Trate-o com o mesmo carinho, consideração e gentileza com que você se trata.

O **amor** nunca tenta fazer **mal** aos outros. Em vez disso, procura ativamente o bem e honra de todos. Portanto, aquele que age com amor é realmente cumprindo as exigências da segunda tábua da **lei** .

O resto do capítulo incentiva uma vida de consciência espiritual e pureza moral. O **tempo** é curto. A Dispensação da Graça está chegando ao fim. O adiantado da hora as demandas que nos deixam tudo letargia e inatividade. **salvação está mais perto de nós do que** nunca. El Salvador vem para nos levar para a casa do Pai.

A época atual é como uma **noite** de pecado apenas o seu curso. O **dia** de glória eterna está prestes a amanhecer para os crentes.

Isto significa que devemos **descartar** todos os vestidos-sujas que mundanismo dizer, todos associados à injustiça e do mal. E nós devemos *vestir* **a armadura de luz** , o que significa que a tampa de proteção de uma vida santa. As peças da armadura são detalhados em Efésios 6: 14-18. Descrever os elementos do verdadeiro caráter cristão.

Note-se que a ênfase está na nossa caminhada cristã prática. Sendo filhos do **dia** , devemos **andar** como filhos da luz. O que é um cristão a ver com festas, bebedeiras, orgias sexuais, mesmo com excessos ou vil calúnia ou inveja? Nada.

A melhor política que podemos fazer é, acima de tudo, *revesti* **o Senhor Jesus Cristo**. Isso significa que devemos tomar todo o seu estilo de vida, vivendo como ele viveu, e aceitá-Lo como nosso guia e exemplo.

Em segundo lugar, devemos **não** *fazer* **provisão para a carne às suas concupiscências** . A **carne** aqui é o velho e corrupto natureza, chorando sem parar de ser mimado com conforto, luxos que gosta de sexo ilícito, diversões vazias, prazeres mundanos, dissipação, o materialismo, etc*Nós satisfazer* **a carne** quando compramos coisas associadas a tentações quando Nós facilitar o caminho para o pecado, quando damos uma maior prioridade para o físico ao espiritual. Devemos ainda dar alguma satisfação à carne. Em vez disso, não devemos "dar qualquer chance de carne para as suas aventuras" (JBP).

Esta foi precisamente a passagem que Deus usou para transformar a Cristo e à pureza brilhante, mas carnal Agostinho. Quando chegou ao versículo 14, ele se rendeu ao Senhor. Desde então, tem sido conhecido na história como "St." Agostinho.

BIBLIOGRAFIA

COMENTÁRIO BIBLICO POPULAR VERSICULO POR VERSICULODO NOVO TESTAMENTO = WILLIAN MACDONALD

COMENTÁRIO ESPERANÇA= Editora Evangélica Esperança

DEVERES CIVIS MORAIS E ESPIRITUAIS

TEXTO ÁUREO = “Toda alma esteja sujeita às autoridade que não venha de Deus; e as autoridades que há foram ordenadas por Deus.”

VERDADE PRÁTICA = Diante da sociedade, o crente tem deveres civis, morais e espirituais.

LEITURA BÍBLICA = Romanos 13.1-8

INTRODUÇÃO

Vivendo Como um Cidadão (13.1-7)

Esta seção sobre o dever cristão para com o estado é única nas cartas de Paulo. Podemos imaginar por que ela aparece nesta Epístola em particular. E porque ele está escrevendo à igreja em Roma, a sede do império, onde as preocupações políticas natural mente eram fortes? Ou havia razões, desconhecidas para nós, pelas quais ele se dirigiu aos romanos desta maneira? Talvez as perturbações dos judeus que levaram ao decreto de Cláudio fossem o motivo.

Pode ter havido uma razão teológica para incluir esta explicação sobre o papel do estado. No capítulo anterior, o apóstolo aconselhou os cristãos a não se conformarem com este mundo atual (12.2). Eles deveriam negar lealdade para com as suas instituições e autoridades? Deveriam estar sujeitos aos “príncipes deste mundo” (1Co 2.6)? Como so mente Jesus é Senhor (1Co 8.6; Fp 2.9-11), existe lugar para qualquer outro domínio?

Como a cidadania do cristão é do céu (Fp 3.20), ele não está livre das obrigações da cidadania terrena? De tempos em tempos se chegava a estas conclusões, e pode ter sido o teor de alguma linha de pensamento dentro da igreja de Roma que fez com que Paulo escrevesse o que ele escreveu. Não existe, no entanto, nenhuma indicação positiva de que ele esteja respondendo a uma situação específica.

A conexão entre a discussão da autoridade do estado e a seção anterior é, na verdade, muito próxima. Na verdade, a ruptura entre os capítulos 12 e 13 é mais aparente do que real; Paulo foi levado a introduzir este novo assunto pelo próprio movimento das suas idéias. Em 12.14-21, ele insistiu que o cristão é basicamente um homem de paz, que se recusa a oferecer resistência ao mal. Esta política da não-resistência significa o abandono da justiça nos assuntos humanos?

Dificilmente este conselho deve ser tomado como um modo de vida a ser seguido por todos os homens. Além disso, ele deveria ser

generalizado como aplicável a todas as situações nas quais o cristão pode se encontrar?

Consequentemente, por diversas razões, surge a pergunta quanto a qual é a atitude que o cristão deve assumir com relação às autoridades civis, cuja responsabilidade é impedir as ações ilegais. O governo civil é contrário à vontade de Deus?

Para responder esta pergunta, Paulo interrompe a sua discussão sobre ágape, que ele conclui em 13.8-10. O fato de que ele coloque esta seção no meio de uma passagem na qual ele está explicando a natureza do amor cristão indica fortemente que o conflito entre ágape e a justiça civil não deve ser interpretado em termos de antíteses, mas sim em termos de coisas que são complementares. O cristão é um cidadão de duas ordens, e Paulo parece estar dizendo com o Mestre: “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus, o que é de Deus” (Mt 22.21).

Finalmente, é importante ver que o tratamento que Paulo dispensa ao papel do estado é positivo. Ele serve ao “bem” do homem (v. 5). Embora o estado não deva ser confundido com a igreja - e seja estranho ao amor de Deus em Cristo - ele opera dentro da vontade providencial de Deus. E esta opinião que forma a base para a atitude cristã de obediência às autoridades civis.

A seção começa com a palavra de conselho: Toda alma esteja sujeita as autoridades superiores (1; exousiaishyperechousais, “as autoridades governantes”, NASB, RSV). Toda alma (pasapsyche) é um hebraísmo que sugere a idéia da obrigação individual. Esta visão de submissão à autoridade estabelecida era amplamente apoiada no judaísmo. Ela encontra sua primeira expressão com Daniel (2.21, 37-38; 4.14, 26). No livro apócrifo da Sabedoria lemos: “Ouçam, portanto, ó reis, e entendam; aprendam, sejam juízes dos confins da terra... pois o poder é dado a vocês pelo Senhor, e a soberania do Altíssimo, que irá testar as suas obras, e sondar os seus conselhos.

Porque, sendo ministros do seu reino, vocês não julgaram corretamente, nem mantiveram a lei, nem andaram segundo o conselho de Deus (6.1-4). A idéia aqui é igual à de Paulo: não há

autoridade que não venha de Deus; e as autoridades que há foram ordenadas por Deus. O livro da Sabedoria, no entanto, dirige o seu aviso às autoridades, e não aos súditos.

O conceito de que as autoridades civis governam por ordenação divina é a idéia comum, e na verdade tem as duas implicações (ou seja, a de que os governantes deveriam cumprir as suas obrigações com dignidade, e que os súditos deveriam lhes respeitar e obedecer.

O estado não é simplesmente uma instituição civil. Ele existe por ordem divina. Com o livro de Sabedoria, Paulo certamente concordaria que nem tudo o que as autoridades fazem está necessariamente de acordo com a vontade de Deus. “Existem autoridades boas e más, governos tementes a Deus e governos sem Deus. Existem algumas autoridades que usam os seus poderes em harmonia com a vontade de Deus, e outras que usam mal os seus poderes e procuram pisar a vontade de Deus sob os seus pés. Mas Paulo agora não está falando dessas diferenças. Ele está falando do que todas as autoridades têm em comum, ou seja, o fato de que são instituídas por Deus. O fato de que existam governos no mundo não é uma invenção arbitrária do homem, mas um fato ordenado por Deus”.

Com base neste tema fundamental, Paulo aborda o primeiro ponto prático: Por isso, quem resiste à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação (2; krima, “condenação”, Wesley, NASB; “julga mento”, RSV). Opor-se à autoridade é opor-se a Deus, e tal oposição está sujeita à punição. Como krima é a punição que vem por meio dos instrumentos humanos do estado, ela é mais temporal do que eterna. Apesar disso, é o julgamento e a “ira” de Deus (cf. v. 5) que estão sendo executados no processo.

O papel do governo é retratado aqui em termos negativos: ele pune aquele que resiste às suas ordens. Se a anarquia deve ser evitada, as autoridades do governo devem ser investidas de poderes de repressão e punição. Por outro lado, os magistrados não são terror para as boas obras (3). O lado positivo do governo não é sempre aparente, pois o seu objetivo primário é o de refrear o exercício

irresponsável da liberdade. Pela sua própria natureza, ele conflita com as pessoas que respeitam a lei.

Mas a pessoa que exerce a autodisciplina não entra em conflito com o estado. Ela não tem razão para temer a autoridade. “O cidadão cuja intenção é a de viver na sua esfera e desempenhar o seu papel sem desrespeitar os direitos do seu próximo, está agindo da mesma maneira que a autoridade do estado, e não tem nada a temer por parte dela; esta pessoa está realizando uma boa obra pela qual será louvada pela autoridade do estado”.

Como o estado existe por ordenação divina, Paulo agora pode dar um passo adian te e declarar que a autoridade civil é ministro de Deus para teu bem (4; cf. Sabedoria 6.4, onde os governantes são mencionados como “ministros do seu reino”). O magistrado é ministro (diakonos, servo) de Deus para preservar a paz e a tranqüilidade na sociedade. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz debalde a espada; porque é ministro de Deus e vingador para castigar o que faz o mal. “A espada era levada, se não por eles, pelo menos diante dos altos magistrados, e simbolizava o poder da vida e da morte que eles tinham nas suas mãos”.

Isto equivale a dizer que a espada do magistrado aqui é “o instrumento da punição com a morte, que Deus autoriza que ele inflija”. Entretanto, entendemos que isto não sanciona a prática da pena de morte como pode ser o costume em determinadas sociedades. A consciência cristã tem o direi to de questionar e mudar as leis de um estado, para torná-las de acordo com a vontade e o entendimento de Deus.

Quimby colocou bem o tema: “Hoje, sob as nossas diferentes formas de governo, em um caso de injustiça, este ensino de Paulo não pode ser interpretado como significando: Nunca objete a nenhuma lei, nunca suscite a revogação ou a mudança, nunca procure reformas. Mas naquela época significava, como ainda hoje significa, muito apropriada mente: Nunca desconsidere a ordem pública decente! Nesse caminho estão a anarquia e o caos, que são contrários a Deus, pois Deus é Deus de ordem”.

Os governantes devem ser obedecidos, não apenas porque têm o poder sobre a vida e a morte dos seus súditos, mas também porque isto é o certo. E necessário que lhe estejais sujeitos, não somente pelo castigo, mas também pela consciência (5). A consciência reconhece o direito do estado como uma ordem de Deus, para requerer a nossa obediência. O estado exige não somente a boa vontade, mas também o apoio ativo dos seus cidadãos.

Paulo escreve: Por esta razão também pagais tributos (6). A palavra tributo (phorous) é freqüentemente usada como uma referência aos pagamentos feitos por uma nação dominada, mas aqui provavelmente se refere a qualquer imposto criado para o sustento do governo. A maioria das versões modernas traduz a palavra como “taxas”. Além disso, as autoridades são ministros de Deus, atendendo sempre a isto mesmo (não coletando taxas, mas promovendo o bem e contendo o mal).

Apalavra traduzida como ministros (leitourgoi) era uma palavra comum para designar cargos públicos, e especialmente aqueles que realizavam obras públicas a serviço do estado. A palavra propriamente dita (embora Paulo a use para descrever o seu próprio cargo - 15.16) não é um termo teológico, mas deriva alguma importância teológica do genitivo ‘de Deus’.

Os magistrados romanos, embora não soubessem disso, eram servidores públicos, não de Roma, mas de Deus; era a sua obra que eles realizavam. Nisto está à verdadeira autoridade deles, e o direito de receberem ‘tributos’

A conclusão de Paulo é: dai a cada um o que deveis: a quem tributo (phoron), tributo; a quem imposto (telon), imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra (7). Várias distinções foram feitas entre phoros e telos. Lietzmann define a distinção como sendo entre os impostos diretos e indiretos, respectivamente. Sanday e Headlam opinam que phoros designa o tributo cobrado por uma nação estrangeira dominante, e telos os impostos normais. Knox provavelmente esteja certo quando sugere: “Talvez Paulo não tenha em mente nenhuma distinção particular; certamente ele não pensa em respeito e honra como devidas a duas classes diferentes de homens... o caso é que, seja o que for que alguém verdadeiramente

deve a outra pessoa (o que lhes é devido), seja dinheiro ou respeito, este alguém deve pagar integralmente".

Em 13.1-7, Paulo indica "As Duas Atitudes do Cristão em Relação ao Seu Governo". 1) Submissão, 1-5; 2) Apoio, 6 (Ralph Earle).

3. Cumprindo a Nossa Obrigação (13.8-10)

Paulo concluiu então o seu tratamento teológico da lei civil. Qual é a relação entre essa lei e a lei de Moisés? Esta passagem mostra que não existe conflito nem contradição, porque o amor que cumpre a lei de Deus significa amar o próximo como a si mesmo.

A transição se faz a partir do preceito: "Dai a cada um o que deveis", para o seu corolário negativo: A ninguém devais coisa alguma (8). Isto quer dizer: Não continuem em um estado de dívida de quaisquer das obrigações mencionadas no versículo 7, mas cumpram-nas e paguem-nas completamente.

"Livrem-se de todas as dívidas, não negando, ignorando nem fugindo delas, mas pagando-as: existe somente uma dívida de que ninguém consegue se livrar - a dívida do amor". "Não devam nada a ninguém, exceto (ei me) o amor uns aos outros" (NASB). Barrett parafraseia: "Façam com que sua única dívida seja o amor mútuo que vocês devem uns aos outros como cristãos".

A dívida que temos não está constituída por nenhum relacionamento natural, mas é criada pelo mandamento de Deus: porque quem ama aos outros (tonheteron, "o outro") cumpriu a lei (a lei de Deus). É significativo que Paulo não diga "próximo" aqui, como nos versículos 9 e 10. Ele está afirmando um princípio moral. "Assim como a fé cristã significa que um homem está preparado para adorar e obedecer a Deus mais do que a si mesmo, também o amor cristão significa que a sua atenção não se dirige a si mesmo, mas àqueles que são basicamente outros, além de si mesmo (cf. Fp 2.4)".

O amor pelo “próximo” pode perfeitamente significar o amor por aquele que tem as mesmas opiniões; mas este amor não será cristão, a menos que inclua o homem que é, de algum modo, diferente de mim.

Paulo passa a mostrar a maneira como o amor cumpre a lei. Com efeito: Não adulterarás (Êx 20.14; Dt 5.18), não matarás (Êx 20.13; Dt 5.17), não furtarás (Êx 20.15; Dt 5.19), não darás falso testemunho, não cobiçarás (Êx 20.17; Dt 5.21), e, se há algum outro mandamento, tudo nesta palavra se resume: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo (9; Lv 19.18). O apóstolo aqui faz eco ao resumo feito por Jesus da lei de Deus em dois “grandes mandamentos” (cf. Mt 22.34-40; Mc 12.29-31). O significado é claro: Se você amar o seu próximo (supondo que nós colocamos nesta palavra o significado do “outro” do versículo 8), você não o ofenderá de maneira nenhuma. Como Paulo prossegue dizendo: O amor não faz mal ao próximo; de sorte que o cumprimento da lei é o amor (10).

O amor enchendo o coração e acabando com a má vontade - isto constitui o cumpri mento das exigências da lei. A lei não exige do cristão a absoluta perfeição em cada detalhe de comportamento; ela requer uma motivação de amor. A vida cristã não deve ser uma luta escrupulosa por um ideal impossível de perfeição, mas sim uma entrega alegre do próprio ser ao amor de Deus em Cristo. O amor cristão tem a sua fonte em Deus (1Jo 4.10); ele é derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo, que é dado a cada um de nós (5.5).

Através desta dádiva do Espírito Santo, o crente fica capacitado a cumprir “a justiça da lei” (8.4, RSV). Isto é o que John Wesley chamou de perfeição cristã: “Amar a Deus com todo o nosso coração, pensamento, alma e forças. Isto implica em que nenhum humor errado, nada contrário ao amor, permanece na alma, e que todos os pensamentos, palavras e ações são governados pelo puro amor”

4. Esperando a Consumação (13.11-14)

Agora o apóstolo conclui esta seção lembrando-nos de que os cristãos devem viver uma vida de acordo com a nova época que está prestes a chegar, na sua glória, com a vinda de Cristo. Não devemos

estar conformados com o esquema da época atual; as nossas mentes devem se transformar em harmonia com a nova época de Deus (12.2). Assim, ao chegar ao final destas exortações, Paulo retorna ao seu ponto inicial.

Conhecemos o tempo (11; tonkairon) em que vivemos. A palavra grega significa “tempo divino”, como uma diferenciação de chronos, que é o tempo expresso pelo calendário. Kairos é um momento divinamente determinado no processo do tempo, e é usado tecnicamente no Novo Testamento como referência ao tempo anterior à Parousia de Cristo (1Co 7.29).

Conhecendo o tempo, nós não nos comportamos como aqueles que não sabem que o final está próximo. Nós percebemos que é já hora de despertarmos do sono; porque a nossa salvação está, agora, mais perto de nós do que quando aceitamos a fé.

Nós vivemos esperando o dia da salvação que está raiando. De certa maneira, a nossa salvação é uma realidade presente, mas por outro lado ela é incompleta até que Cristo retorne para nos dar a sua glória (veja 8.17-23).

E desta salvação futura que Paulo está falando quando ele diz que a nossa salvação está, agora, mais perto de nós do que quando aceitamos a fé. Cada dia que nós vivemos nos leva mais perto “do dia do Senhor”, mais perto do dia da revelação da sua glória.

Paulo falou anteriormente nesta Epístola acerca do tempo antigo como o tempo do pecado e da morte que se encontra sob a ira de Deus. Agora ele o compara com a noite. A noite é passada, e o dia é chegado (12). Enquanto durar o tempo antigo, à noite continua. Mas o momento de decisão chegou, com Cristo. “O oriente do alto nos visitou” (Lc 1.78). A noite continua, naturalmente, mas ela se move rapidamente em direção ao nascer do novo dia. Aqueles que são de Cristo já não mais pertencem à noite, eles são homens da manhã, pois viram raiar o novo dia de Deus.

O apóstolo agora insiste que a nossa vida ética deve estar de acordo com o fato de que nós somos do dia: Rejeitemos, pois, as obras das trevas e vistamo-nos das armas da luz.

Em outras passagens, as obras das trevas são chamadas de “obras da carne” (G1 5.19-21). Aqui é dada uma relação abreviada: glutonarias (komois, “farra”, NASB; “folia”, RSV) e bebedeiras, desonestidades (koitais, “promiscuidade sexual”, NASB; “devassidão”, RSV) e dissoluções (aselgeiais, “sensualidade”, NASB; “libertinagem”, RSV), contendas e inveja (13). Tudo isto pertence à noite. Em lugar de tudo isto precisamos vestir as armas da luz.

A exortação como um todo é resumida por uma sentença brilhante: Mas revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não tenhais cuidado da carne em suas concupiscências (14). “Aqui está contida toda a nossa salvação”, comenta Wesley. “É uma expressão forte e bonita para a mais íntima união com Ele, e está revestida de toda a graça que nele habita. O apóstolo não diz: Revistam-se de pureza e sobriedade, sossego e benevolência; mas ele diz tudo isto e mil vezes mais, de uma só vez, ao dizer: Revistam-se de Cristo”. Mas revesti-vos... De Cristo significa despir-se da carne (cf. 8.8-9).

Na terminologia de Paulo, toda a vida cristã pode ser descrita como revestir-se e despir-se. O processo se inicia com a justificação e o batismo. “Porque todos quantos fostes batizados em Cristo já vos revestistes de Cristo” (G13.27; cf. 6.3-4). Mas aquilo que aconteceu implicitamente na conversão deve se tornar real em experiência (6.11-13). Tudo o que pertence ao tempo antigo deve ser despido; tudo o que pertence ao novo, deve ser vestido. “Mas, agora, despojai-vos também de tudo: da ira, da cólera, da malícia, da maledicência, das palavras torpes da vossa boca. Não mintais uns aos outros, pois que já vos despistes do velho homem com os seus feitos e vos vestistes do novo, que se renova para o conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou.

Revesti-vos, pois, como eleitos de Deus, santos e amados, de entranhas de misericórdia, de benignidade, humildade, mansidão, longanimidade. E, sobre tudo isto, revesti-vos de caridade, que é o vínculo da perfeição” (Cl 3.8-10,12,14; cf. Ef 4.22-24). Revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não tenhais cuidado da carne em suas

concupiscências - em uma frase vigorosa vemos tudo o que significa ser um cristão.

Evangelista Isaias Silva de Jesus

Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério Belém Em Dourados – MS

Comentário Bíblico Volume 08 -Romanos e 1 e 2 Corintios

DEVERES CIVIS MORAIS E ESPIRITUAIS

TEXTO ÁUREO = “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus, o que é de Deus” (Mt 22 21).

VERDADE PRÁTICA = Deus delegou poder às autoridades para administrar o Estado, manter a ordem pública para o bem-estar social e garantir o direito de seus cidadãos.

LEITURA BÍBLICA = ROMANOS 13.1-7

INTRODUÇÃO

Ser cristão não nos exime de nossos deveres cívicos. A Igreja na condição de segmento da sociedade deve ser submissa ao Estado. A Epístola aos Romanos discorre sobre os cristãos quanto ao seu relacionamentocom Estado. É sobre isso que vamos estudar hoje, na apropriada seção da Epístola.

1. CONCEITO DE ESTADO

1. Estado. O apóstolo nessa breve seção de sete versículos, descarta a possibilidade de a Igreja desconsiderar as autoridades constituídas, O Estado é a nação politicamente organizada ou uma coletividade organizada para fins de governo, e a política é a arte de bem governar e administrar. Onde houver uma comunidade, há necessidade de uma hierarquia política e de uma organização para protegê-la, beneficiá-la e regê-la por leis que regulamentem com justiça e eqüidade a vida em sociedade.

2. Pátria. Disse Rui Barbosa: “A pátria não é ninguém: são todos... não é um sistema e nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo, é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade”. O cristão, .portanto, deve ser patriota, pois é um filho de Deus, tendo na sua vida o amor de Deus e a direção do Espírito Santo para praticar a justiça baseada no amor cristão.

3. As duas pátrias. O apóstolo Paulo também era cidadão de duas pátrias — cidadão do céu (Fp 3.20) e ao mesmo tempo cidadão romano (At 22.25-28). Era cidadão romano, mesmo sendo judeu e, portanto, pertencente a uma raça subjugada porRoma. Ele reconhecia essa dupla cidadania, pois não renunciou a sua cidadania da terra por se tornar cristão, antes se valeu de suas prerrogativas (At 25.11). Por isso também temos compromisso com as duas pátrias — a terrestre e a celestial.

4. As leis romanas. Roma era um império tirano e pagão. Uma pirâmide de corrupção e poder, quase que indestrutível. Mesmo assim, suas leis protegeram até mesmo o apóstolo Paulo quando sua vida corria risco entre os judeus (At 23.20- 24). Paulo recorreu às leis romanas, quando sentiu-se violado nos seus direitos como cidadão de Roma (At 25.9-11).

II. AS AUTORIDADES CONSTITUÍDAS

1. A submissão (v.la). “Toda a alma” é o mesmo que todo o homem. O apóstolo escreveu esta mensagem para os cristãos em Roma, a capital do Império. Com certeza devia haver naquela igreja alguma relutância por parte de alguns, com relação ao Estado, de outra forma o apóstolo não iria abordar esse assunto.

2. “Ordenadas por Deus” (v.lb). A submissão às autoridades é pelo fato destas serem constituídas por Deus para o bem-estar social do povo, incluindo os cristãos. O próprio apóstolo viveu essa experiência, quando as próprias leis romanas protegeram o apóstolo da fúria dos judeus (At 25.9-11). Deus delegou aos homens a sua autoridade.

3. É pecado resistir às autoridades (v.2). Quem desconsidera as leis e os líderes de sua nação, estado ou município, está simultaneamente desconsiderando o bem-estar da população e a ordem pública. Se o cristão se recusa servir a sua nação, ele não está amando o seu próximo, nem colaborando para o bem-estar da sociedade,

4. Oração pelos governantes. Agora, a vida espiritual de cada um é outro assunto; por isso devemos orar por eles (1Tm 2.1-4). Devemos orar pelos nossos governantes, tanto pela sua administração como também para a salvação deles, e para que possamos ter uma vida pacífica na sociedade.

III. O SERVIÇO MILITAR

1. A espada (v.4). As forças armadas e as polícias civil e militar ou qualquer corporação afim, não são uma figura decorativa. Essas instituições existem para manter a ordem pública. Por isso é necessário punir os infratores da lei. Essa punição é representada nesse texto (v.4), pela palavra “espada”.

2. Pena capital. Muitos entendem que o v.4 é uma referência à pena capital. Pode ser. Deus instituiu a pena capital (Gn 9.6; Lv 20.10). Essas penas no Antigo Testamento foram substituídas na Nova Aliança pelas exclusões do rol de membros da Igreja (cf. Lv 20.10; 1Co 5.1-5). O apóstolo não ordena, não encoraja e nem aconselha a pena capital;simplesmente reconhece que ela existe.

3. A Bíblia não condena um cristão ser militar. Não há na Bíblia nenhuma proibição ao serviço militar ou a quaisquer cargos públicos. João Batista recomenda aos soldados que fossem bons servidores do Estado (Lc 3.12-14). Não está escrito que Pedro obrigou Cornélio a abandonar a sua centúria (At 10.30-46), nem tampouco obrigou Paulo ao carcereiro de Filipos deixar a sua função pública, pois o mesmo carcereiro transmitiu a Paulo e a Silas a ordem de soltura deles (At 16.31-36).

4. O centurião de Cafarnaum. Jesus em nenhum momento condenou ou desprezou o serviço militar ou a quem a ele servia. Tanto é verídico isto que Ele curou o criado deste militar (Mt 8.13). E importante notar que o mesmo que ensinou o amor ao próximo não condenou o centurião por ser um servidor do exército que dominava o próprio povo judeu.

5. Cafarnaum. Provavelmente Cafarnaum era um posto militar importante do governo romano. Jesus não mandou que o centurião de Cafarnaum abandonasse o cargo (Mt 8.5-13). Centurião é o comandante militar de uma centúria (companhia de cem homens) mas poderia ser uma unidade militar maior.

6. Atitude do centurião. Pela atitude que o centurião tomou (Mt 8.8) podemos observar que ele era um homem humilde, talvez até religioso, pois tinha bom testemunhodos judeus (Lc 7.5). A demonstração de fé do centurião, que muito impressionou o Senhor Jesus Cristo, foi exatamente sobre o serviço militar: “Pois também eu sou homem sob autoridade, e tenho soldados às minhas ordens; e digo a este: Vai, e ele vai, e a outro: Vem, e ele vem; e ao meu criado: Faz isto, e ele o faz” (Mt 8.9). Jesus se admirou da fé dele (Mt 8.10).

IV. RECONHECENDO OS DIREITOS DO ESTADO

1. As leis. O cristão tem o dever de cuidar do bem-estar de todos, e isso inclui o princípio bíblico de amar ao próximo. Não reconhecer as normas baixadas pelo Estado com o propósito de preservar a ordem e o bem-estar da sociedade é uma rebeldia contra os governantes diametralmente contrária a Deus, pois a autoridade “é ministro de Deus para o teu bem” (Rm 13.4).

2. Os limites de César. O apóstolo Paulo escreveu esse ensino num período histórico de relativa calma no Império Romano, com o objetivo de estabelecer regras gerais sobre a conduta do cristão em relação aos governantes terrenos. Essa obediência aplica-se a circunstâncias normais, porque, se de alguma forma essas leis vierem a ferir a consciência cristã fundamentada na Bíblia, não devemos considerá-las, pois os direitos de César terminam onde começam os de Deus. César não pode ir além dos limites delegadospor Deus. Numa situação como essa ficamos com a Palavra de Deus (At4.18,19).

3. Em caso de anomalia estatal. Num sistema monstruoso, brutal, como o nazismo, a atitude do cristão torna-se bem diferente da que seria numa situação normal. Numa situação de anomalia, a atitude do cristão deve ser semelhante à de Pedro e João: “Julgai vós se é justo, diante de Deus, ouvir-vos antes a vós do que a Deus?” (At 4.19; 5.29).

4. O tributo (v.6). A tributação existe como recursos para gerir o Estado e desta forma proporcionar a segurança do povo, o bem-estar social e manter a ordem pública. Os impostos são revertidos para benefícios da própria sociedade: “Por esta razão pagais tributos”. É, portanto, nosso dever obedecer às autoridades, pagando-lhes impostos (v.7).

5. A responsabilidade cristã, O cristão como cidadão tem o dever de obedecer às autoridades, pagando- lhes os impostos porque é mandamento bíblico (Rm 13.7). E pecado sonegar impostos. Somos a luz do mundo (Mt 5.14). A Igreja deve sempre ser o espelho da sociedade. O próprio Jesus pagou impostos, sendo Ele dono de tudo; isso para não escandalizar os que estavam de fora e para nos deixar o exemplo (Mt17.24-27).

CONCLUSÃO

Vivemos num país democrático. Demos graças a Deus por isso. Oremos com perseverança pelas nossas autoridades. É melhor um governo imperfeito do que governo nenhum, onde prevalece o poder absoluto, arbitrário, perverso e desumano. Também, diante de leis perversas não devemos ser omissos. Ver Is 10.1,2; Tg 5.4-6.

Lições Bíblicas CPAD 2°. Trimestre 1998